



Secretaria de Estado da Educação

CLIPPING

20 de dezembro de 2012



SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

Veículo: Revista Veja	Editoria: Educação	Data: 20/12/2012
Assunto: A cada 100 jovens, 36 abandonam a escola antes de concluir o ensino médio		Página: Online



A CADA 100 JOVENS, 36 ABANDONAM A ESCOLA ANTES DE CONCLUIR O ENSINO MÉDIO

Taxa de abandono cai, segundo Censo Demográfico 2010, mas segue muito acima da registrada em nações desenvolvidas

De cada 100 brasileiros com idades entre 18 e 24 anos, 36 abandonam os estudos antes de concluir o ensino médio. O dado integra o Censo Demográfico 2010 e foi divulgado nesta quarta-feira pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Embora a taxa de abandono escolar nessa faixa etária tenha caído 11,5 pontos percentuais entre 2000 e 2010, ainda não há motivo para comemoração. Isso porque o índice mais recente, de 36,5%, supera em dez pontos percentuais o registrado, por exemplo, em Portugal, país que em 2010 era apenas o 27º colocado na avaliação internacional Pisa (o Brasil era o 53º). Quando comparados a resultados de nações como Suíça e Suécia (14º e 19º no Pisa, respectivamente), os números brasileiros tornam-se ainda mais preocupantes: a taxa de abandono por aqui é quase seis vezes superior à medida nas duas nações europeias.

Os dados por gênero mostram diferença significativa entre jovens do sexo masculino e feminino. Entre os brasileiros, o índice de abandono escolar chega a 41,1%, ante os 32% medido entre mulheres.

O estudo traz outro dado alarmante: dos jovens que abandonam a escola, pouco mais da metade (52,9%) não chega a completar o ensino fundamental. Outros 21,2% chegam a ingressar o ciclo médio, mas interrompem os estudos antes da conclusão. Os 25,9% restantes, de acordo com o IBGE, correspondem a pessoas que deixaram os estudos de lado após finalizar o 9º ano do ensino fundamental ou aos jovens sem instrução formal.

Diferenças territoriais – Os municípios que apresentam as menores taxas de abandono estão localizados na região Sul e no estado de São Paulo. São vinte cidades, com índices variando entre 6,5% a 17,2%. Do outro lado da lista, a pior situação é verificada na cidade de Doutor Ulysses, no Paraná: lá, mais de 80% dos jovens param de estudar antes concluir o ensino médio.

Em consequência do abandono, é grande o número jovens que não cursam a série adequada à sua idade. Segundo o IBGE, apenas 47,3% dos estudantes com idades entre 15 e 17 anos estão no ensino médio. Em alguns municípios, o índice é assustador. É o caso de Melgaço (PA) e Atalaia do Norte (AM), em que cerca de 5% dos jovens estão na série adequada.

Os dados recém-divulgados pelo IBGE sobre a educação brasileira vão ao encontro de outro estudo do IBGE, lançado no fim de novembro, que apontou o ensino médio como a etapa mais problemática da educação básica. O relatório revelou que 48,2% dos jovens entre 15 e 17 anos de idade não estavam na série escolar apropriada. O número difere do apresentado agora (47,3%) porque mesclava dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad) 2011 com informações fornecidas pelo Ministério da Educação (MEC). Agora, com o Censo Demográfico 2010, os dados contemplam toda população.



SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

Veículo: O Estado de São Paulo	Editoria: Educação	Data: 20/12/2012
Assunto: Royalties devem ir para educação, diz Dilma		Página: Online

O ESTADO DE S. PAULO

ROYALTIES DEVEM IR PARA EDUCAÇÃO, DIZ DILMA

Em Palmas, presidente afirmou que recursos da exploração do petróleo devem ser usados em creches e escolas

Diante da ameaça de o Congresso derrubar os vetos ao projeto de redistribuição dos royalties do petróleo, a presidente Dilma Rousseff aproveitou ontem a cerimônia de entrega de certificados do Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (Pronatec), em Palmas (TO), para dizer que é "importantíssimo" destinar recursos da exploração do petróleo para a área de Educação.

"Considero importantíssimo que todo o dinheiro que tivermos dos royalties, das participações especiais ou do Fundo Social, dos rendimentos do Fundo Social do pré-sal, tenham uma destinação prioritária para a educação", discursou a presidente, na solenidade que contou com a presença de cerca de 4 mil estudantes. "Porque nós precisamos ter Creches, por isso que nós fazemos o programa das seis mil creches. Precisamos alfabetizar os brasileiros e as brasileiras na idade certa, até os oito anos." Considerado urna das vitrines da gestão Dilma, o Pronatec pretende beneficiar 8 milhões de pessoas até 2014. Segundo o Ministério da Educação, cerca de 2,5 milhões de estudantes já foram matriculados em cursos técnicos (duração mínima de 1 ano) ou de formação inicial e continuada (duração mínima de 2 meses).

Durante a solenidade em Palmas, Dilma destacou que a educação é uma riqueza que "cada um de nós carrega para onde vai".

Na semana passada, ao cumprir agenda oficial em Moscou, na Rússia, a presidente disse que "não tem crise com o Congresso" por conta da questão dos royalties. "Não tenho mais o que fazer. Não há nada mais forte que o veto. Que cada um vote com sua consciência. Não tem crise com o Congresso. O funcionamento da democracia é assim", disse na ocasião.

Ontem, Dilma destacou a riqueza do petróleo, mas observou que é preciso valorizar as pessoas do nosso País. "O nosso País é um país rico. Tem petróleo, minério, agricultura, indústria, mas ele tem um patrimônio maior que são os 190 milhões?", observou.

Cachoeira. Um dia depois do fim dos trabalhos da CPI do Cachoeira, o prefeito de Palmas, Raul Filho (PT), prestigiou o evento de entrega de certificados com a presidente Dilma. Filho teve afastamento preventivo pedido pelo procurador-geral de Justiça Clenan Renaut de Melo Pereira e foi um dos blindados na CPI do Cachoeira.

O petista não discursou durante o evento de entrega de certificados para Alunos do Pronatec, que ocorreu em uma Escola municipal inaugurada durante a sua gestão. De acordo com a assessoria da Prefeitura de Palmas, Filho "abriu mão" do discurso por se tratar de um evento de um programa do governo federal. Filho saiu do evento sem falar com a imprensa.

Em depoimento em julho passado à CPI do Cachoeira, o prefeito de Palmas negou ter recebido dinheiro do contraventor. Em um vídeo gravado em 2004 e divulgado pela TV Globo, Cachoeira fala que iria doar a quantia de R\$ 150 mil para a campanha do então candidato.

"Nem em 2004, nem 2008, não vai constar nenhum tipo de apoio ou doação seja do senhor Carlos Cachoeira, da própria Delta. Nós nunca tivemos qualquer tipo de relacionamento, nem intimidade para buscar qualquer tipo de apoio", afirmou o petista no depoimento.



SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

Veículo: Folha de São Paulo	Editoria: Cotidiano	Data: 20/12/2012
Assunto: Governo adia para 2016 novo acordo ortográfico		Página: C3

UM JORNAL A SERVIÇO DO BRASIL * * * WWW.FOLHA.COM.BR

FOLHA DE S.PAULO

GOVERNO ADIA PARA 2016 NOVO ACORDO ORTOGRÁFICO

Reforma já é adotada pelos setores público e privado do país desde 2008. Adiamento de 3 anos abre brecha para novas mudanças; objetivo é sincronizar com Portugal, diz Itamaraty

O governo federal vai adiar para 2016 a obrigatoriedade do uso do novo acordo ortográfico. As novas regras, adotadas pelos setores público e privado desde 2008, deveriam ser implementadas de forma integral a partir de 1º de janeiro de 2013.

A reforma ortográfica altera a grafia de cerca de 0,5% das palavras em português. Com o adiamento, continuará sendo opcional usar, por exemplo, o trema e acentos agudos em ditongos abertos como os das palavras "ideia" e "assembleia".



SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

Veículo: Diário Catarinense

Editoria: Geral

Data: 20/12/2012

Assunto: Eleição nas escolas

Página: 34

DIÁRIO CATARINENSE

ELEIÇÃO NAS ESCOLAS

Votação sai da pauta da Assembleia

Sinte entende que não haveria escolha direta porque diretores teriam que passar por banca examinadora

JÚLIA ANTUNES LORENÇO

Atendendo a um pedido do Sindicato dos Trabalhadores em Educação (Sinte), o projeto de lei que propõe tornar a escolha de diretor de escola estadual mais participativa não foi para votação em plenário da Assembleia Legislativa.

Pela proposta, a escolha de diretores deixaria de ser uma indicação como é hoje.

A coordenadora do Sinte, Alvet

Bedin, explica que pelo projeto não haveria uma escolha direta de dirigente, como a categoria deseja, porque o candidato precisaria passar por uma banca examinadora:

– Num processo democrático não existe uma banca avaliadora. Quando uma pessoa vai concorrer ao cargo de prefeito ou governador, por exemplo, ele não passa por um banca. Consulta à comunidade é fazer de conta que está fazendo eleição – explica.

Ela defende que o projeto pedagógico da escola apresentado pela pessoa concorrente ao cargo, deva ser

analisado diretamente pela comunidade escolar, sem interferência.

O Sindicato ainda acredita que o peso de voto de pais, alunos e professores precisa ser igual para os três, diferente da proposta, que dá um peso dois aos responsáveis dos estudantes. A coordenadora informa que no dia 27 de novembro foi pedida uma audiência com o autor do projeto, o deputado Gelson Merisio (PSD), para melhor debater a matéria:

– A gente sempre defendeu a eleição direta. Vamos continuar defendendo. SC é um dos poucos estados que dire-

tor é indicação política, mas aprova dessa maneira não era correto.

O projeto de lei ainda lista pré-requisitos para a pessoa concorrer ao cargo de diretor. Em relação a isso, Sinte é favorável.

Como não houve votação, no próximo ano, os diretores da rede estadual continuarão sendo indicados. Merisio lamentou a decisão, mas disse que foi melhor acatar o apelo, porque a aprovação da proposta seria mais legítima.

julia.antunes@diario.com.br



SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

Veículo: Diário Catarinense

Editoria: Cacau Menezes

Data: 20/12/2012

Assunto: Diretas nas escolas

Página: 50

DIÁRIO CATARINENSE

Diretas nas escolas

Uma antiga bandeira do PT, que a abandonou não se sabe por que, está para ser retomada: a eleição direta para diretores de escolas. A proposta, do deputado Gelson Merisio, está para ser votada na Assembleia Legislativa.

Se virar moda, os jogadores passarão a escolher pelo voto seu técnico e no hospício haverá eleição para seus dirigentes. Diretor de escola exige pleno conhecimento das funções. A educação já está precária demais para ter que suportar mais este ato de demagogia.



SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

Veículo: Diário Catarinense	Editoria: Geral	Data: 20/12/2012
Assunto: Piso dos professores		Página: 34

DIÁRIO CATARINENSE

PISO DOS PROFESSORES

Negociações encerradas

O governo do Estado encerrou, neste ano, as negociações salariais com o Sinte. De acordo com a coordenadora Alvet Bedin, o anúncio veio sem o governo cumprir a lei do piso nacional dos professores, que, em janeiro, determinou reajuste de 22,22%, passando o salário inicial de R\$ 1.187 para R\$ 1.451.

Deste percentual, a categoria ganhou aumento de 4% em janeiro e outros 4% em maio, totalizando 8% – reajuste dado a todo o funcionalismo estadual.

O coordenador executivo de Negociação e Relações Funcionais, Decio de Vargas, garantiu que as negociações com os professores retornam no início de 2013.



SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

Veículo: Diário Catarinense	Editoria: Diário do leitor	Data: 20/12/2012
Assunto: Educação		Página: 17

DIÁRIO CATARINENSE

Educação



Em atenção ao desenvolvimento em geral, à escola cabe a elaboração de um plano político-pedagógico amplo, com a participação da instituição e da comunidade, com base nas suas características e necessidades, envolvendo atividades individuais e coletivas. Para tanto, é preciso professor bem preparado e assistido pelo supervisor escolar durante o desempenho profissional, para posterior orientação, avaliação e valorização; implementação de novas metodologias, fundamentação teórica; prática pedagógica que conduza aos objetivos e metas desejados. Processo de recuperação de estudos paralela ao processo ensino-aprendizagem; diretor especialista em administração escolar, formado em Pedagogia. Também são importantes as condições do prédio.

*Guiomar Sena, professora
Florianópolis*



SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

Veículo: Diário Catarinense	Editoria: Sérgio da Costa Ramos	Data: 20/12/2012
Assunto: Calendário e Copa		Página: 02

DIÁRIO CATARINENSE

Calendário e Copa

O Conselho Nacional de Educação acaba de aprovar parecer autorizando estabelecimentos de ensino públicos e privados a manter suas atividades escolares durante a realização da Copa do Mundo de 2014 – de 12 de junho a 13 de julho – sob o argumento de que a Lei Geral da Copa fere a autonomia da LDB, Lei de Diretrizes e Bases.

“Por que uma criança de um município no interior de qualquer Estado brasileiro terá que ficar sem aula por causa de uma partida entre Japão x Camarões em Brasília?” – indaga a presidente da Federação Nacional das Escolas Particulares, Amabile Passos. Boa pergunta.